

ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, sr. presidente.

Senhores deputados, senhoras deputadas, faço uso deste espaço, nesta tribuna, para expor um assunto que preocupa muita gente, tenho certeza.

Trata-se de um artigo da *Folha de S. Paulo*.

(Passa a ler.)

"Agricultor de SC perde sítio por não pagar empréstimo no valor de R\$ 1.387.

A falta de pagamento de um empréstimo de R\$ 1.387 fez um agricultor de Santa Catarina perder o sítio em que vivia e tirava seu sustento.

O caso expôs uma sucessão de erros do Judiciário, de um banco e da própria defesa do agricultor Marcos Winter, 65, que tomou o dinheiro em 1997 no Banco do Brasil para plantar feijão e milho em seu sítio em Matos Costa (394 km de Florianópolis).

Winter deveria ter quitado o valor (hoje, atualizado pela inflação em R\$ 3.528) em 1998, mas não o fez. Disse que a colheita no sítio, de área equivalente a 15 campos de futebol, foi ruim e que os produtos 'não tiveram aceitação no mercado.'

Em 2009, após a penhora e a venda da chácara em um leilão, Winter foi despejado, carregou o que pôde em uma carroça e se abrigou no galpão de uma igreja.

Hoje ele mora com a mulher e três filhos pequenos em uma casa emprestada. Vive de donativos e diz tentar entender por que perdeu o sítio todo, em vez de apenas uma parte equivalente à dívida.

'Comprei aquele sítio com muito trabalho. Era minha única propriedade. Se quisessem uma parte, eu aceitaria, mas pegaram tudo', afirma.

Para a advogada Danielle Masnik, que representa Winter desde 2008, a perda do sítio foi resultado de 'uma série de equívocos do Judiciário,' do primeiro advogado do agricultor e do banco.

Masnik diz que a área não poderia ter sido penhorada porque era o único bem do cliente. Afirma ainda que a dívida estava prescrita quando foi cobrada na Justiça, e que o advogado anterior não notou isso à época.

A defesa considera que o Banco do Brasil provavelmente induziu o Judiciário a erro na autorização da penhora por ter grafado a cidade errada do sítio na nota de crédito, o que pode ter dado a entender que Winter tivesse mais de uma propriedade.

O sítio foi vendido em leilão por R\$ 14,2 mil em 2007, arrematado pela advogada Sara Ferreira,

moradora da região, que diz usá-lo 'mais para lazer'.

'Arrematei sem ler os autos. Não sabia da história dele (Winter,)' afirmou à *Folha*.

Como advogada, Sara disse ver 'uma série de erros jurídicos' no processo. Afirmou que o problema poderia ter sido evitado se o agricultor tivesse renegociado a dívida.

Winter, que tenta retomar a propriedade no STJ - Superior Tribunal de Justiça -, diz que a área vale entre R\$ 100 mil e R\$ 200 mil, considerando benfeitorias e potencial produtivo.

No processo, a propriedade foi avaliada em R\$ 11,2 mil, valor estimado em 2005 pelo oficial de Justiça, Antônio Clayton Makiolki. 'A avaliação que fizemos é técnica, baseada em valor de mercado', afirmou Makiolki. A nova dona preferiu não citar o valor do sítio. Disse apenas 'ser bem menos' do que a estimativa do agricultor, isso porque, segundo ela, a área fica a quase 20 quilômetros do centro da cidade e tem terra 'irregular', só permitindo hortas de subsistência.

Procurado para comentar possíveis erros no processo de penhora do sítio em Matos Costa (SC), o Banco do Brasil informou que 'o caso está sob acompanhamento da área jurídica, que executará as determinações da Justiça'.

O juiz que tratou do processo no fórum de Porto União, cidade vizinha a Matos Costa, estava em férias e não foi localizado. O juiz substituto preferiu não falar.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina declarou, via assessoria, que informações sobre a ação estão disponíveis na internet e que nenhum desembargador comentaria o caso porque ele ainda está em andamento.

A *Folha* procurou o primeiro advogado do agricultor, sem sucesso, pois dois ex-colegas afirmaram que ele está preso. O advogado tem condenações recentes por uso de documento falso e apropriação de bens alheios.

O caso de Marcos Winter mostra como é difícil para muitos pequenos produtores lidar com regras e prazos de empréstimos, avalia a Fetaesc (Federação

dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina).

'Por passar muito tempo na lavoura, muitas vezes o agricultor tem escolaridade baixa e assina contrato sem entender direito, e muita gente já perdeu terra por causa disso', disse José Dresch, presidente da federação de agricultores de Santa Catarina.

No caso de Winter, o agricultor não tentou renegociar a dívida com o banco quando o débito venceu, em 1998, contratou advogado só depois do pedido de cobrança judicial, em 2003. Para o dirigente, o poder público deveria oferecer consultoria aos agricultores na contratação de crédito."[sic]

Sr. presidente, srs. deputados, fizemos um requerimento à comissão de Agricultura e Política Rural para, através desta ou de outra comissão, seja apurado o que realmente ocorreu naquele município com esse agricultor. Eu entendo perfeitamente que a Fetaesc - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina - deveria também tomar as devidas providências.

Mas, por outro lado, vejo aqui no *Diário Catarinense*, de hoje, uma denúncia do deputado federal Valdir Colatto, que diz:

(Passa a ler.)

"Do deputado federal Valdir Colato (PMDB), sobre mais este escandaloso incentivo à baderna pelo governo federal: 'BNDES E Caixa Econômica Federal pagaram R\$ 550 mil para MST fazer baderna em Brasília. No mesmo dia, foram recebidos pela presidenta Dilma. Para agradecer a ajuda.'"

Outra tuitada do deputado Colato, que é presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária: "Enquanto isso, Funai, Exército e Força Nacional vão expulsar 7 mil pequenos agricultores no Maranhão em 170 mil hectares de terra para alojar 31 indígenas."

Bota injustiça nisso!

Não sei se procede essa informação, mas é importante que esta Casa também procure buscar a veracidade dos fatos, porque nós já enfrentamos tantas situações colocando e tirando colonos

centenários das suas propriedades com o intuito de alojarmos aqueles que têm bastante terra e nem sabem do que está acontecendo, que são os índios brasileiros que, muitas vezes, nem sabem o que está acontecendo. Isso é massa de manobra! Repito, aqui. Mas acho que esta Casa deve buscar, deputado Silvio Dreveck, conhecer um pouco sobre isso, porque não é possível que a imprensa mostre e nós nos calemos. Temos que buscar a veracidade dos fatos. Temos, no Congresso Nacional, deputados catarinenses. Peço que a nossa bancada proceda de maneira regimental, buscando informações junto à bancada Federal, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do vereador do município de Macieira, Antônio Eron Bernardino e do secretário de Saúde, Almir Arcontti.

Boas-vindas ao Parlamento!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, não poderia deixar de dizer uma frase acerca do pronunciamento do deputado Reno Caramori. Quero dizer que concordo com ele, porque é um absurdo o que fazem contra os pequenos agricultores neste estado, neste país, onde o poder público está voltado para atender os interesses do agronegócio dos grandes fazendeiros cada vez mais misturados com o sistema financeiro nacional e internacional.

É um absurdo o que se faz contra os pequenos agricultores. E aí devemos deixar muito claro que o que se faz contra os pequenos agricultores é a favor dos fazendeiros. E não venham aqui tentar colocar os pequenos agricultores contra os sem-terra ou contra os índios, porque essa é uma tentativa de colocar pobres contra pobres, enquanto os fazendeiros, os latifundiários, o agronegócio está acabando com a agricultura familiar em nome de um projeto econômico suicida a médio e longo prazo para a sociedade. É preciso deixar bem clara essas questões.

A Dilma Rousseff tinha que receber o MST, 15 mil delegados no Congresso Nacional, e deveria ter sido bem mais educada, porque nos últimos 20, 30 anos é a presidente que menos fez reforma agrária fez. E uma das frases que os sem-terra jovens queriam escrever numa das faixas é que ela fez menos reforma agrária que os algozes dela, os generais, que deram o golpe para não haver mais reforma agrária. Isso é curioso e aparentemente paradoxal. Então, ela tinha que receber o MST de forma mais humilde do que recebeu.

Mas, não tem e não vou usar esse assunto, que me inspira, evidentemente. Não vou me desviar do assunto que este Parlamento não pode deixar de falar no dia de hoje. Aliás, deputado Padre Pedro Baldissera, tive receio de que não pudesse estar nesta manhã, neste Poder, porque não sei quem é que decide sobre a autonomia do Poder Legislativo do estado de Santa Catarina.

Imaginei que pudesse estar fechado este Parlamento na manhã de hoje, já que houve uma intervenção de outro Poder no final da tarde de ontem. Foi o que li na imprensa e que, inclusive, encerrou a sessão pela presença de um oficial de Justiça. Mas acho que não houve, porque fiquei aqui, estávamos aqui, e inclusive v.exa., deputado Kennedy Nunes, encerrou a sessão e não o deputado Joares Ponticelli. Não vi, mas a imprensa divulga que o Poder Judiciário mandou alguém aqui encerrar a sessão. Isso é um atentado contra a autonomia dos poderes! O afastamento, mediante decisão liminar, de um desembargador e não do pleno do Tribunal de Justiça, do presidente da Assembleia Legislativa, na minha avaliação, é a intervenção de um Poder sobre o outro.

E não estou dizendo que o deputado Romildo Titon é inocente; também não estou dizendo que ele é culpado, ou até melhor, nenhum de nós e ninguém neste estado tem autoridade legal para pré-julgar. A minha área não é a do Direito, na universidade estudei Sociologia, mas como policial militar tive umas mil horas de Direito lá nos cursos que fiz na Polícia Militar, e uma coisa que aprendi, é que

ninguém é culpado sem que se expire as possibilidades de defesa.

O desembargador que afastou o deputado Romildo Titon da Presidência da Assembleia Legislativa sequer decidiu ainda se ele vai processar, se ele vai se posicionar em favor de processar o referido deputado. Como disse, não estou inocentando e nem culpando ninguém. Não temos essa autoridade. Agora, o que esperava, imaginava, porque evidentemente a imprensa está no seu direito de perguntar e tem perguntado nas últimas semanas, era aguardar a decisão da Justiça. E qual seria a decisão do Tribunal de Justiça razoável e esperada? Que o Tribunal de Justiça enviasse ofício, um documento a esta Assembleia Legislativa, pedindo autorização para processar o deputado Romildo Titon. Circunstâncias em que minha posição política seria favorável a, mediante essa circunstância, que ele se afastasse da Presidência e que esta Assembleia e os 40 deputados elegessem uma nova Mesa Diretora.

Essa é a posição que eu imaginava que poderia ser o desfecho razoável do processo.

Falar de ilegalidade, de juricidade, é evidente que não é o meu forte.

Quero, nestes minutos que ainda tenho, falar do palco político, do teatro político, montado neste estado que torna ridícula a atuação Parlamentar. E quando digo que não tenho nenhum interesse e vontade de continuar neste ou em outro Parlamento é justamente também por repulsa ao *modus operandi* do teatro da política formal que não expressa aquilo que se passa nos bastidores. E não preciso dizer que existe um processo de debate, de pressão e de contrapressão na perspectiva do montamento de uma chapa, se possível única, para o governo do estado.

É evidente que as lideranças do PMDB nesta Casa devem se pronunciar, e devemos respeitar qualquer que seja o pronunciamento, mas ninguém em sua consciência poderia supor um desfecho como o que aconteceu na noite de ontem.

Quero repetir, não estou aqui dizendo que o deputado Romildo Titon é inocente. Acho até que há

elementos fortes, indícios fortes, não estou julgando, mas alguém tem dúvida, neste Parlamento, neste estado, de a decisão de ontem já foi um julgamento sumário? Foi uma decisão unilateral de um desembargador a pedido do procurador-geral do estado que, aliás, estava sentado aqui há 27 dias, na posse do deputado Romildo Titon. Isso nos mostra o quão comprometidos, o quão relacionados umbilicalmente, estão os Poderes.

Não jogo pétalas de inocência a ninguém. Se não pudermos julgar, não podemos jogar pétalas de inocência a ninguém.

O teatro da política formal, sinceramente, faz a sociedade desacreditar da política.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)- Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera. A minha saudação ao PMDB brasileiro e quem sabe, a figura e o espírito de Ulysses Guimarães volte às trincheiras desse partido. Santíssima Trindade! O que aconteceu ontem nesta Casa?

Quando se vê e lê nos jornais:

(Passa a ler.)

"Justiça afasta presidente da Assembleia Legislativa."

Deputado Joares Ponticelli, ousou dizer que não poderíamos ter posições que pudessem contextualizar confronto entre Poderes, no caso da relação do Ministério Público.

Nós vimos nesta Casa ontem, deputada Angela Albino, a maior violência política da história de Santa Catarina. Repito deputado Aldo Schneider, a maior violência política da história de Santa Catarina!

Quando se fala da relação de respeito entre os Poderes e ousam afastar um presidente do Poder Legislativo pela primeira vez na história desse estado brasileiro, questionando uma senhora chefe-de-gabinete que, sequer, encontra-se nos autos,

apenas porque é esposa de um dos que estão sendo investigados.

Comete-se uma violência ao afastar por 180 dias, já pré-julgando e condenando uma pessoa que está incluída num processo iniciado pelo Ministério Público, e que ainda, sequer, houve o direito de defesa contextual. Trata-se de uma decisão monocrático, colocada em caráter de urgência.

E eu pergunto: Se existe um colegiado que vai se reunir na próxima quarta-feira, e hoje estamos na última semana, retornaremos depois do período de Carnaval, na quarta-feira que vem, qual é a urgência de uma postura autoritária como esta? À moda Joaquim Barbosa, como eu vi ontem no Supremo?

Eu estou falando isso porque estou empenhando minha solidariedade ao deputado Romildo Titon e, na mesma linha do deputado Sargento Amauri Soares, não quero dizer e nem afirmar a inocência do deputado Romildo Titon, que eu, pessoalmente, considero; porém, jamais este Poder poderia ter permitido isso e ter-se curvado a uma postura como essa.

O dr. Trindade que me perdoe, mas se aqui alguém tinha questionamentos sobre a relação dos Poderes, ou aqui a gente passa a vestir calças ou nos curvamos pelo resto da história catarinense a esse tipo de posturas.

A Mesa Diretora vai se reunir às 11h e quero dizer que vou pedir, deputado Padre Pedro Baldissera, que tome uma posição de solicitar avaliação do Tribunal de Justiça no colegiado sobre essa postura. Não dá para admitir isso num momento de democracia em que vive o país. Não dá para aceitar isso neste momento de democracia numa Casa que respeita os demais Poderes.

Esta Casa por si só, deputado Joares Ponticelli, v.exa. que volta à Presidência num ato regimental, e cujo primeiro ato foi chamar a Mesa Diretora para uma reunião, nós estamos aqui pelo voto sagrado do cidadão catarinense, eles estão ali também por concurso e também são pagos com erário público, mas não para cometer esses equívocos e afrontas.

Estamos vendo a figura de um companheiro escrachada nas capas de jornais, sem sequer ter o direito à defesa e de ser ouvido pessoalmente no conjunto das ações, porque o digníssimo monocrata afastou por 180 dias o presidente desta Casa. Isso nunca aconteceu na história do país, deputado Joares Ponticelli.

Não existe uma Assembleia Legislativa sequer em nosso país, mesmo com presidentes que tenham roubado, que tenham sido afastados dessa forma!

Portanto, minha solidariedade ao companheiro Romildo Titon! Quero também cumprimentar Eduardo Pinho Moreira pela nota de ontem. Mas esta Casa precisa fazer uma reflexão, deputada Ana Paula Lima, a respeito do papel que temos aqui. O Ministério Público fiscalizou e cometeu um crime ao divulgar uma gravação que estava sob sigilo e não abriram uma sindicância ainda para tentar apurar quem soltou a gravação, porque isso é crime.

V.Exas. acham que o Gaeco vai descobrir quem vazou as gravações? Não estamos aqui para fazer papel de soldadinho de chumbo, fazer de conta que somos deputados, que não temos postura, que não fiscalizamos. Vamos investigar, através da CPI das Águas, o valor de R\$ 240 mil e não vamos investigar R\$ 123 milhões?

Então, fica minha solidariedade ao deputado Romildo Titon. Acho que além das defesas do deputado esta Casa tem que fazer uma defesa jurídica do formato de processo e de afastamento como foi feito, para que na próxima quarta-feira chegue lá, não apenas a defesa do deputado Romildo Titon, mas também a defesa desta Casa como instituição e pelo ato de violência institucional que foi cometido aqui.

Sabemos que o Tribunal de Justiça, na sua plenitude, não concorda com isso, e até não sei o que aconteceu para tomar uma decisão dessa, solicitando o afastamento imediato do presidente desta Casa, alegando que a chefe-de-gabinete do Titon pudesse intervir ou dificultar as investigações que estão sendo feitas.

Quero fazer uma pergunta, deputada Dirce Heiderscheidt: é a Assembleia Legislativa que está sendo investigada? São os quarenta deputados que estão sendo investigados? É a chefe-de-gabinete que está sendo investigada? Que informação eles precisam desta Casa a não ser pedir autorização, no caso de abertura de processo judicial? Se não é esta Casa que está sendo julgada, por que a urgência? Que ação poderia se fazer aqui para atrapalhar as investigações?

Por isso não precisamos e não podemos, deputado Sílvio Dreveck, fazer de conta que isso não é conosco, porque quando o deputado Reno Caramori veio à esta tribuna há pouco fazer o seu discurso, parecia que nada havia acontecido!

Mais uma vez empenho minha solidariedade ao deputado Romildo Titon! Esperamos que isso juridicamente seja resolvido rápido e que a santíssima trindade eternize a Justiça neste estado, coloque nos trilhos o respeito aos Poderes merecidos e que reflita sobre o ato desencadeado com essa postura monocrática, autoritária, desrespeitosa e antiética.

Portanto, minha solidariedade também ao PMDB, partido do qual já fiz parte no início da minha vida pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Aldo Schneider, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

A minha manifestação neste momento da tribuna deste Parlamento vem no sentido de, em primeiro lugar, trazer a nossa solidariedade incontestemente ao colega deputado presidente, Romildo Titon, até porque, no meu entendimento, na condição de deputado estadual, o que se cometeu ontem contra a figura do nosso presidente, neste Parlamento, foi um acinte.

Prova disso é que na história deste estado nunca aconteceu nada parecido com o que está ocorrendo neste momento. Evidentemente que não estou aqui para julgar ou pré-julgar, e dizer que o deputado Romildo Titon é inocente ou não é inocente, mas quero dizer, até saudando o deputado que aqui está chegando, que a decisão foi um acinte ao Parlamento de Santa Catarina, prova disso é que em nenhum momento, em nenhum lugar do Brasil, aconteceu isso.

E outra coisa que eu gostaria de deixar claro, e é se pegarmos as notas, tanto do *Diário Catarinense* quanto do *A Notícia*, a citação dos nossos comentaristas, alguns preocupados com a relação entre os Poderes, entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, também o Ministério Público, já condenam o nosso presidente da Assembleia Legislativa.

E aí é que está o grande problema dessa ação monocrática do sr. desembargador. No mínimo, um assunto dessa envergadura teria que ter uma decisão colegiada, até porque a possibilidade de cometermos algum equívoco é bem menor quando várias pessoas sentam-se para discutir um determinado assunto. Com certeza a decisão talvez fosse outra em respeito a própria Casa Legislativa.

E aqui eu quero, até aproveitando a presença do deputado Romildo Titon, deixar registrada a nossa solidariedade. A nossa bancada do PMDB está totalmente solidária ao nosso companheiro Romildo Titon, mesmo porque até este presente momento ele não foi ouvido; nem pelo Ministério Público nem pelo Tribunal de Justiça, mas logicamente hoje praticamente o Brasil inteiro já condenou o deputado Romildo Titon diante dos fatos apresentados pelo desembargador Trindade.

Quero aqui ressaltar de uma forma clara que nós, o Parlamento Catarinense, também fomos afetados com essa decisão, até porque o deputado Romildo Titon não está na Presidência representando ele mesmo, mas 40 parlamentares.

A Assembleia Legislativa foi, eu diria, desconsiderada e desrespeitada, até porque,

através do diálogo, poderíamos buscar, talvez, outra solução com entendimento, e não da forma autocrática e monocrática como foi.

Então quero, de público, para toda Santa Catarina, solidarizar-me com o deputado Romildo Titon, que já está sendo condenado, mas não teve a oportunidade de se manifestar nem de se defender.

Então, quero aqui deixar o meu repúdio com relação à forma como foi conduzida essa questão e, com todo respeito à história na Magistratura Catarinense, o desembargador Trindade, até pela sua experiência de vida e de atividade jurídica, poderia levar esse assunto ao Pleno do Tribunal de Justiça e assim, juntamente com muitos desembargadores, tomar essa decisão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Senhores deputados, sras. deputadas, eu estou aqui, deputado Aldo Schneider, no quarto mandato, se não me falha a memória, e o deputado Romildo Titon, há cinco.

Gostaria de dizer que, por esse constrangimento que vive a nossa Casa hoje, eu não esperava passar.

Eu faço política com o deputado Romildo Titon vizinhando regiões. É do conhecimento de todos o trabalho e o empenho do deputado Romildo Titon às pessoas.

A Casa foi ontem, na minha opinião, pega de surpresa. Não cabe, deputado Aldo Schneider, a nós, analisarmos ou deixarmos de cumprir uma determinação judicial. A Casa cumpriu, mas a Casa tem o dever e a obrigação de fazer todos os esforços para buscar a recomposição do deputado Romildo Titon.

Eu também tenho absoluta certeza de que a nossa Casa, a Assembleia Legislativa, a Mesa Diretora, o deputado Romildo Titon com os seus advogados, o nosso partido, o PMDB, e aqui não é apenas o PMDB, que está triste, mas os 40 parlamentares são solidários ao deputado Romildo

Titon porque a grande maioria que está aqui o conhece. O que precisamos fazer é restabelecer a verdade, e tenho certeza de que o deputado Romildo Titon vai produzir as provas para mostrar a sua inocência.

Sou um homem de fé! Quero deixar aqui, deputado Romildo Titon, a minha fé e quero lhe desejar forças para superar este momento emocionalmente difícil que vive v.exa. e sua família. Desde ontem peço a Deus que o senhor possa suportar essa dificuldade e mostrar, com o tempo, a sua inocência. Eu sei da dificuldade que é recompor o emocional de um homem que sofre um abalo tão forte.

Torço para que o deputado Romildo Titon possa mostrar a sua inocência, como também superar essa dificuldade que todos nós estamos sentindo neste momento.

Agradeço o aparte de v.exa., deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço as manifestações do eminente líder do PMDB, e para concluir o pronunciamento, quero dizer que entendo que a Casa Legislativa, através da sua consultoria jurídica, deverá fazer o seu papel conduzido pelo nosso presidente interino, deputado Joares Ponticelli, no sentido de defesa da Casa.

Logicamente, este assunto com certeza em pouco tempo será restabelecido e evidentemente o próprio Tribunal de Justiça haverá de reparar essa decisão monocrática expedida por um desembargador, devolvendo a Presidência ao deputado Romildo Titon.

Então, quero deixar registrado e lamentar que hoje Santa Catarina seja capa nacional de um assunto que, através do diálogo, poderíamos ter construído toda a solução, mas, infelizmente, esse diálogo não ocorreu e estamos na iminência de abalar todo o Parlamento de Santa Catarina.

Então, quero aqui de forma solidária dizer ao deputado Romildo Titon que, independentemente do que está estampado hoje em todas as capas de jornais de Santa Catarina e do Brasil afora, acreditamos piamente que este mal entendido será

revertido e v.exa. terá a sua Presidência reconstituída.

Os seus eleitores sabem, conhecem a lisura com que v.exa. conduziu esses cinco mandatos e estão do seu lado. Não tenho dúvida nenhuma de que v.exa. não será prejudicado nas urnas em função desse episódio. Força, deputado Romildo Titon, estamos com você e com certeza este Parlamento fará o que tem que ser feito.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Meu caro deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão neste momento, quero saudar a todos os meus colegas deputados e deputadas.

Faço uso da palavra neste instante talvez sob um dos olhares mais fixos da história de Santa Catarina daqueles que estão presentes na Assembleia Legislativa e também por aqueles que estão nos assistindo através da TVAL.

Fui investigado, ou seja, fui ouvido na minha intimidade particular por 16 meses. Algumas figuras escutavam todas as ligações que eu fazia e recebia. Fui seguido honrosamente pelo Gaeco por muitos meses. Fotografavam-me, ficavam do lado de fora quando estava em reunião. Além disso, devastaram tudo o que eu tinha na minha vida, todo o meu pronunciamento. Entraram nos meus apartamentos, nos meus escritórios regionais, políticos e da minha atividade particular, pois sou agricultor, com muita honra. Pouco respeitaram até a minha família, pois minha família teve que ficar de pijama todo o tempo esperando o Gaeco fazer a investigação.

Se não bastasse isso, noticiaram a todos os instantes na imprensa como um fato inédito no Brasil. Não bastasse isso, mandaram as gravações para a imprensa pela primeira vez dando uma

prioridade nunca vista. O sr. Lio Marcos Marin virou mocinho da televisão, aparecendo com muita frequência nos meios de comunicação colocando a sua versão. Rechearam uma denúncia de achismos, de suposições. Não bastasse isso, afrontaram a Assembleia Legislativa no dia de ontem com o pedido de afastamento do presidente desta Casa. Não deu tempo de esquentar a cadeira, de fazer as mudanças que eu queria, mas tudo bem, estou há 35 anos exercendo mandato, nunca precisei disso e não é por isso que vou morrer.

Apenas quero dizer aos meus colegas, amigos, eleitores e ao povo catarinense que meus 35 anos de vida pública falam por mim, que estes cabelos brancos não aceitam essa imputação de bandido, que querem me dar e também me execrar em praça pública, mesmo antes de eu poder me defender.

Não tenho medo, deputado Kennedy Nunes, de investigação e quero ser investigado. Coloco aqui publicamente ao Poder Judiciário a quebra do meu sigilo bancário e da minha declaração de Imposto de Renda, que é o que falta. Não sei mais o que querem? Não sei aonde querem chegar sobre algo que alguém disse. Quem dos senhores não foi intermediário de recurso para os municípios? Ninguém pode negar que é o papel do parlamentar ser o interlocutor entre o município e o governo. Agora, alguém dos senhores tem culpa se lá na ponta alguma administração municipal fez algum ato ilícito? Algum dos senhores tem como chegar a intervir numa licitação de uma prefeitura? Em um contrato? Direcionar licitação? Mesmo nos municípios de seus piores adversários, como aconteceu comigo, em prefeitura que eu nunca entrei!

Eu desafio o Ministério Público, já fiz isso publicamente e faço novamente. É fácil os senhores da imprensa, que com muita facilidade fazem uma grande incriminação sobre a minha pessoa, buscar as licitações que foram denunciadas e ver a origem do dinheiro. De onde veio? Quem foi que arrumou? Quem foi que viabilizou? É fácil fazer essa investigação. Eu ainda não tive o direito, o

momento de fazer a minha defesa. Em noventa e nove por cento dos casos, e na semana que vem talvez eu possa dizer 100%, porque ainda não cheguei em toda a documentação, não são recursos que este deputado intermediou. Não sei aonde querem chegar?

Eu não sei, procurador Lio Marin, do que você tem tanto medo? Do que vocês têm tanto receio? É estranho num momento como este, em que a Assembleia Legislativa está embalada pelas denúncias feitas pelo deputado Jailson Lima e que está tentando buscar assinaturas para uma CPI para investigar o Ministério Público, a presença do senhor Lio Marin aqui fazendo via sacra nos gabinetes. São surpreendentes as jantãs feitas pelas grandes lideranças do estado tentando pressionar as suas bancadas para que não assinem essa CPI. Eu não tenho medo de ser investigado. E do que o Ministério Público tem medo?

Coitado de um prefeito, deputado Jailson Lima, que fizer uma dispensa de licitação de uma compra ou de qualquer aquisição num valor de R\$ 15 mil. O Gaeco está em cima e o Ministério Público já quer por na cadeia.

Agora, o Ministério Público compra um terreno com suposto prédio, de uma suposta construção, por R\$ 123 milhões, paga R\$ 30 milhões adiantado, dispensam a licitação e pressiona de toda forma para não ser investigado. Onde nós estamos?

Não querem mostrar os salários, eu mostro a minha folha de pagamento.

Eu mostro de onde vêm os recursos que ganho, o meu salário, os meus benefícios que tenho aqui. Não tenho medo. Agora, eles não querem mostrar os salários absurdos que ultrapassam longe o teto de R\$ 25 mil. É assustador!

Queria dizer aos meus colegas que hoje eu sou a vítima. Não vou falar muito porque preciso esperar o meu advogado fazer as ações. Mas diria o seguinte: hoje é comigo, amanhã pode ser com um de vocês. E tenho certeza de que eles não terão dó nem piedade. Por isso, aqueles que estão correndo de assinar uma CPI, não esqueçam que pimenta no olho dos outros é frescor. Não estou aqui pedindo para ninguém assinar, cada um deve fazer o que bem

entender. Eu sou responsável pelo meu mandato, cada um é responsável pelo seu, mas diria o seguinte: tiraram-me da Presidência, mas não me tiraram da Tribuna!

Você, deputado Jailson Lima, terá um parceiro aqui a partir de hoje, livre, leve e solto para falar aquilo que eu bem entender, da forma que penso. Agora, mais do que nunca, com coragem, porque um homem público quando passa pelo que estou passando, por uma execração em praça pública, condenando-me antes mesmo de ser apreciada a denúncia pelo Tribunal de Justiça, depois de passar por tudo isso, meu caro deputado Aldo Schneider, a gente não tem mais medo de nada. Sempre fui um homem de coragem, de fé, e desafio o Ministério Público a provar muitas coisas que estão dizendo.

Eu já falei aos órgãos da imprensa, não preciso repetir, srs. deputados, quem dos senhores sobreviveria há 16 meses de grampo? É uma pergunta que deixo. Considero-me um homem feliz pois por 16 meses escutaram tudo o que eu falava publicamente e na minha intimidade, e sair dessa forma que estou. Estou aqui de cabeça erguida e tranquila. O sr. Lio Marin achou que ia me enfiar dentro de um quarto, que eu ficar em casa, enganou-se. E quero dizer que, se quiseram mandar um recado para esta Assembleia, pegaram a pessoa errada. Não sou frouxo, não tenho medo deles.

(Palmas das galerias)

Gostaria de dizer, ainda, que vamos enfrentar o que vier, seja na Presidência desta Casa ou aqui, desta tribuna. Tiraram-me a Presidência, mas desta tribuna, que o povo me deu, eles não vão me tirar. É uma pena que a todos os casos não seja dada a mesma rapidez que foi dada ao meu.

Lembro-me de um dos episódios que aconteceram, deputado Padre Pedro Baldissera, como operações do Gaeco, desses homens que se dizem os donos da moralidade pública, inclusive, de algumas que rodearam a minha região, inclusive de uma chamada *Bola de Neve*, que envolveu um monte de prefeitos, funcionários públicos e até o irmão do seu Lio, e para a qual não foi dada a mesma celeridade na

divulgação. A imprensa queria fazer de conta que não se tratava do irmão do procurador. Não divulgaram nada. Ficou tudo escondidinho.

E a investigação *Fundo do Poço* rodeou lá por Anita Garibaldi, mas não chegou. Foi tudo ao redor. Não sei se é coincidência. Quem sou eu para falar? Mas as más línguas falam. E se é para condenar os outros pelo achismo, pela suposição, então nós também podemos começar a fazer.

Muito obrigado pela atenção, srs. deputados, vim aqui para dizer que estou de peito aberto, de cabeça erguida, não devo nada e se devesse não seria louco de ter assumido essa cadeira expondo os meus colegas e o meu partido. Vai custar um pouco para sair, mas tenho certeza de que vou sair muito melhor do que entrei.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Romildo Titon, não temos dúvida nenhuma de que esta Casa é extremamente solidária pelo que v.exa. representa e por tudo que tem feito. Esperamos que de fato seja feita a Justiça.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados estamos vivendo uma quinta-feira literalmente diferente de todas as quintas-feiras que esta Casa já viveu, normalmente com poucos deputados e, praticamente, apenas com os funcionários da Casa e alguns assessores assistindo a sessão que, normalmente, não se estende por muito tempo, dado os compromissos dos srs. deputados no interior, nas suas sedes. Normalmente nas quintas-feiras temos uma sessão muito morna, digamos assim.

E hoje, esse episódio do afastamento do nosso presidente tomou todos nós de surpresa, e porque não dizer que praticamente todos os deputados

ficaram chocados pela forma como foi sacado o presidente da Casa do seu cargo.

Evidentemente, muitos deputados já estavam a caminho do interior, como no caso do presidente Padre Pedro Baldissera, que já estava quase chegando no Oeste e teve que voltar urgentemente, até porque faz parte da Mesa Diretora.

Temos uma reunião de urgência hoje às 11h com a Mesa Diretora para tratar justamente desse assunto.

Ontem, quando tomamos conhecimento do fato ocorrido, fizemos uma reunião imediata com os membros da Mesa Diretora que estavam presentes, os deputados do PMDB que, imediatamente chegaram nesta Casa, juntamente com os demais companheiros. Eu me ative, principalmente, ao semblante do deputado Joares Ponticelli, que estava extremamente sério, tenso. Ele que tinha chegado de uma viagem e estava sorridente na parte da manhã, descansado, porque estava tudo resolvido e agora começaria o seu ano para ir a um embate político e, de repente, se vê numa situação que teve que assumir a Presidência da Casa, num momento em que jamais imaginou.

Estava tenso, assim como estavam todos os srs. deputados reunidos na tarde de ontem, pois foi uma situação extremamente constrangedora para este Poder.

O deputado Romildo Titon tinha ido para a sua residência e ficamos aqui trocando informações.

Conversamos com os Procuradores da Casa, com algumas pessoas que tem mais conhecimento jurídico, e decidimos que a Procuradoria-Geral deve trazer, na reunião de hoje, um esclarecimento melhor para os srs. deputados que fazem parte da Mesa Diretora e para os demais deputados interessados em entender melhor o momento por que passa este Poder.

Eu tenho muita dificuldade em entender esse assunto, e esse é um problema pessoal, porque se diz na Constituição que os Poderes são independentes entre si, mas vejo, com muita preocupação, uma deliberação de outro Poder sacando o presidente de outro Poder independente.

É a mesma coisa que dizer: O senhor saiu da Presidência, porque nós temos que fazer investigações. A denúncia ainda não foi acatada, o processo nem foi aberto, isso é uma opinião particular. E a condenação do nosso companheiro, deputado Romildo Titon, já está consumada. Ele pode até provar que é inocente, mas já foi condenado pela opinião pública, através da imprensa. O deputado Romildo Titon já está condenado, mesmo sem ter sido ainda processado. Ele foi denunciado, ainda não teve a oportunidade de se defender, como falou há pouco desta tribuna, mas já foi condenado, já foi execrado pela opinião pública, pelas pessoas. Para todos o deputado Romildo Titon está condenado!

Vamos ter essa reunião às 11h para entender juridicamente o que esta Casa pode fazer para resgatar, pelo menos, aquilo que diz respeito a ela.

O Deputado Romildo Titon tem o seu advogado que, certamente, deve entrar com uma defesa ou com uma liminar com relação a sua pessoa. Mas esta Casa, esta instituição, precisa dar uma resposta com relação a esse fato. E a Mesa Diretora da Casa apenas vai tomar conhecimento, apenas vai poder saber o que fazer, se é que pode fazer alguma coisa, às 11h do dia de hoje.

Mas o que me chama atenção é que a Assembleia Legislativa é um Poder constituído, assim como é o Ministério Público, a nossa Justiça Estadual, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Poder Executivo, são todos Poderes independentes, e sempre há em casos como esse, por exemplo, a possibilidade de diálogo. Sendo necessário o afastamento do presidente da Assembleia Legislativa, por que não foi comunicado à Mesa Diretora desta Casa antes? É uma pergunta que eu me faço. Por que não foi comunicado à Mesa Diretora da Casa, através de um ofício ou alguma outra coisa que constasse o seguinte: precisamos fazer algumas investigações e gostaríamos que esta Casa tomasse uma decisão.

Seria uma questão de respeito de um Poder com o outro. A Mesa Diretora, certamente, reuniria-se

e chegaria a conclusão de que a Justiça quer e tem que ser executada. Então, seria mais certo, mas o que recebemos foi uma pancada, foi um murro na boca do estomago. Esta é a grande verdade falada de maneira mais simples.

Estávamos todos trabalhando, com o vice-presidente, deputado Joares Ponticelli, na direção dos trabalhos desta Casa, e chega um oficial de Justiça com um papel na mão destituindo o presidente da Casa. É uma coisa difícil de entender porque vimos no Congresso Nacional o Renan Calheiros, que era presidente do Senado, e ninguém conseguiu tirar aquele homem da Presidência. Recebeu paulada de todos os lados, retrucou daqui e dali, levou muitas cacetadas, várias denúncias foram feitas, pediram para ele renunciar, mas ele dizia que não saía, que não deixava o cargo e realmente não deixou a Presidência. E a Justiça não determinou que ele saísse. Aqui não, foi uma decisão monocrática, apenas de um juiz, que veio para cá e teve que ser cumprida.

Eu sou leigo no assunto e estou fazendo essas declarações embaladas pela minha emoção, por solidariedade ao deputado Romildo Titon, porque não tenho conhecimento jurídico mais aprofundado. Evidentemente, vamos procurar saber todo o embasamento jurídico da destituição do sr. presidente Romildo Titon e, se for legal e procedente, vamos acatar, mas vamos saber o realmente aconteceu na reunião que vamos ter agora com a assessoria jurídica da Casa e com os demais deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comim, a quem concedo a palavra por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIM - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital,

realmente está sendo uma quinta-feira muito tumultuada. Tudo começou na tarde de ontem, quando presenciamos o oficial de Justiça entregando a notificação ao presidente desta Casa. Tive a oportunidade de, juntamente com o sr. vice-presidente, deputado Joares Ponticelli, ir até a Presidência desta Casa no momento em que o presidente Romildo Titon chamou o vice-presidente.

Realmente é uma situação muito delicada e que traz, com certeza, um grau de insegurança e de vulnerabilidade sem precedentes. Qualquer cidadão - e ouvi aqui a manifestação do deputado Romildo Titon - por mais retidão que tenha, por mais idôneo que seja, ao ser observado, fotografado, investigado durante 14 meses, fica muito difícil de segurar! Quem aguenta uma situação dessas, sabendo que sua vida pública, empresarial, particular e íntima está sendo investigada todos os dias? Realmente isso exige uma postura, uma reflexão, muito profunda em nível de Brasil, em nível de legislação! E onde está o seu direito à privacidade?

Por isso, deputado Romildo Titon, sou solidário a v.exa.. Durante esses quatro mandatos como deputado tenho, na sua pessoa, um exemplo de homem público, de retidão sem precedentes, que admiro muito, mesmo estando em partidos opostos. Mas sua conduta nesta Casa me leva ao raciocínio e à crença de que v.exa. é um homem de bem, até que me provem o contrário. Por isso, sou solidário a v.exa.

Sr. presidente, na manhã de ontem, o sr. governador do estado, juntamente com o secretário Valdir Cobalchini, estiveram em Brasília tratando de vários assuntos, dentre os quais a questão do aeroporto regional de Jaguaruna.

(Passa a ler.)

"O governador Raimundo Colombo e o secretário de estado da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, trataram, nesta quarta-feira, no Rio de Janeiro, da última etapa de negociações para a liberação do aeroporto Humberto Ghizzo Bortoluzzi, de Jaguaruna, no Sul de Santa Catarina.

Depois da aprovação das rotas aéreas, o governador Raimundo Colombo voltou com a confirmação de que o aeroporto deverá entrar em operação entre março e abril.

A reunião foi com o diretor do Instituto de Cartografia da Aeronáutica - ICA -, coronel aviador Ricardo Elias Cosendey, que disse faltar alguns detalhes técnicos em relação à cartografia e que serão providenciados pelo estado para garantir os voos em Jaguaruna.

O coronel aviador disse que os trabalhos finais serão realizados em paralelo pelo Instituto de Cartografia Aeronáutica e o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta -, para garantir a segurança dos pousos e decolagens no aeroporto e estabelecer todas as rotas de voos. Cobalchini lembrou que o aeroporto irá atender todos os municípios da região sul."

Eu presencio, sr. presidente, desde o meu primeiro mandato nesta Casa, isso. Aliás, foi o assunto do meu terceiro pronunciamento nesta Casa. No primeiro falamos sobre energia eólica, no segundo sobre a Translitorânea, e o terceiro sobre o aeroporto regional.

Já existia uma predisposição do DAC, quando o aeroporto era em Criciúma, onde está situado o Paço Municipal hoje, chamado aeroporto Alberto Leal, e a decisão técnica de que este aeroporto viesse para Jaguaruna.

Por uma decisão política equivocada, levaram até o distrito de Forquilha, hoje, município. Era um distrito de Criciúma, mas Forquilha, hoje, é um município, e o DAC reafirmando que deveria ser em Jaguaruna.

Passados muitos anos, mais de duas, três décadas, tive o privilégio de estar naquela audiência com o brigadeiro do DAC, com o deputado Edinho Bez, o presidente da Acic - Associação Comercial e Industrial de Criciúma - na época, Alvaro Arns; o presidente da Associação Comercial e Industrial de Tubarão, Murilo Bortoluzzi; o representante do governo do estado, o piloto Faraco, que representava, naquela ocasião, o

secretário Leodegar Tiscoski; e o senador, à época, Geraldo Althoff.

Quando fora feito o desafio ao senador, pelo brigadeiro, de alocar R\$ 63 milhões no Orçamento-Geral da União - coisa que ele não acreditava que acontecesse -, e o senador tomou a postura, abraçou a causa e, destes R\$ 63 milhões foram destinados R\$ 16 milhões para iniciar o aeroporto. E hoje é uma realidade. As exigências do Corpo de Bombeiro já foram instaladas nesta semana e todas as exigências que competem à parte de infraestrutura do estado estão já asseguradas e postas, prontas para operar.

O governo entra com o recurso de R\$ 250 mil como ajuda de custo, até o momento em que se cria uma carteira de clientes, promovendo uma rotatividade, dando segurança jurídica para aí, sim, colocar a concorrência pública efetivamente posta, para que o aeroporto possa operar definitivamente.

Vejo uma conquista muito grande, um ganho, e uma reivindicação que há mais de três décadas vem sendo procedida pelas lideranças do sul e que agora passa a ser realidade.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Queria falar, sr. presidente, sobre um trabalho muito importante que a Polícia Militar de Joinville, deputado Sargento Amauri Soares, está fazendo através da cavalaria.

O comandante responsável pela cavalaria da Polícia Militar, chamou-me para ir a Joinville apresentar um projeto espetacular que acho ser importante.

Eles pediram a este deputado que fizesse a indicação de alguma emenda ao governo do estado para ser parceiro na execução de um projeto de equoterapia a crianças deficientes da cidade de Joinville.

Temos instituições, por exemplo, a Chaleira Preta, que funciona perto do aeroporto de Joinville e que possui um trabalho de equoterapia, ou seja, através de um animal, o cavalo, usando seus movimentos, dentro de um acompanhamento para que as crianças, com algum tipo de deficiência mental ou física, tenham uma evolução gradual para melhorar a qualidade de vida por meio da equoterapia.

Mas a instituição Chaleira Preta, entre outras, possui um gasto muito grande com o animal, com a baia, com a ração, com veterinários. Eu não tenho cavalo e não sei o quanto custa isso, mas deve ter um custo alto manter um animal desses. E a Polícia Militar possui cavalos, baias, veterinários, ração, ou seja, esse custo já está lá colocado e à disposição.

Qual é a ideia deles? A ideia deles é que esse custo que está lá parado, fazendo somente a escala de atividades da polícia montada, beneficie as crianças carentes nesse processo de equoterapia de forma gratuita, realizado pelos próprios policiais. E para isso, eles desenvolveram um projeto chamado de Picadeiro Coberto. É como se fosse um ginásio, um picadeiro coberto, porque em Joinville chove muito, e também para os dias de muito sol, para a proteção contra o calor, mas sem piso, com areia, para que o animal possa trabalhar, e uma sala ao lado de apoio para que as famílias possam acompanhar esse trabalho.

Então, eles apresentaram esse projeto, deputado Valmir Comin, e eu, com muita alegria, nas emendas que tenho algum tipo de indicação, fiz essa solicitação para a realização de todo o projeto, cujo custo está em torno de mais de R\$ 500 mil, deputado Silvio Dreveck. A sede do projeto será em Joinville e irá atender também as crianças de São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, ou

seja, toda a região ligada à Polícia Militar de Joinville, gratuitamente.

Quero aqui compartilhar com os deputados esse projeto para que possa ser feito em outras cidades. Sei que em Florianópolis já tem, mas existem ainda algumas dificuldades como, por exemplo, o picadeiro coberto, mas nós, em Joinville, talvez, possamos fazer um projeto padrão, de referência em todo o estado de Santa Catarina.

Por isso, queria compartilhar com todos vocês.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, quero agradecer o aparte e parabenizar v.exa. pelo pronunciamento que faz.

Fico feliz por v.exa. ter tomado conhecimento *in loco* desse trabalho que a Polícia Militar faz em Joinville. Não conheço diretamente o trabalho feito em Joinville, mas tive a oportunidade de ver o trabalho aqui em Florianópolis. Um companheiro levou-me ao quartel da cavalaria que fica em São José numa manhã para ver a atividade de equoterapia. É comovente porque há pessoas que, em virtude de uma sequela, um problema, uma deficiência, entram em depressão e desistem de continuar lutando. E lá, através da equoterapia, elas acordam para a vida e começam a lutar, graças à relação do ser humano com o animal, no caso, o cavalo.

Essa demanda de construir o picadeiro coberto existe também aqui em Florianópolis. Estive lá e conheço um pouco sobre obras. Espanto-me, às vezes, com os valores que certas obras acabam consumindo, mas considero um valor ínfimo se comparado com o que se gasta construindo uma ponte, uma estrada. Já conversei com o deputado José Nei Ascari, que trata da questão das Apaes e da deficiência física, para visitar o local onde o trabalho é realizado, aqui ou nas demais regiões, e conhecer melhor a equoterapia, no sentido de levar essa demanda ao governador.

Como v.exa. abraçou a causa da equoterapia em Joinville e quero convidá-lo a abraçar também essa causa por toda Santa Catarina, em todas as unidades da Polícia Militar em que a equoterapia acontece. Como v.exa. falava, nas cavalarias chega uma idade em que o animal tem que ser sacrificado, ele não serve mais para patrulhamento, e, ao invés de fazer isso, cederam todos os animais, que talvez resistam mais uns dez anos de vida e que estão mais dóceis, para esse tipo de atividade. Houve essa sensibilidade por parte do comando da cavalaria. Mas precisamos desses pequenos recursos para que a equoterapia possa funcionar em tempo integral, inclusive naquelas semanas de chuva sem expor essas pessoas, adolescentes e crianças com deficiência ao temporal.

Quero aproveitar para adotar, juntamente com todos os demais deputados, essa proposta de construir os picadeiros em todas as regiões onde exista a equoterapia. Parabenizo-o novamente pela abordagem do assunto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu vou procurar trazer o filme para exibir na próxima semana, até para que outras cidades possam ver. Vou conversar com o tenente responsável para que possamos trazer o projeto dele, que é animado, para que possamos conhecer o que será esse Centro de Atendimento, porque com certeza será referência para o estado inteiro feito pela Polícia Militar de Joinville.

Deputado Valmir Comin, quando fui numa dessas atividades de equoterapia, conversava com uma mãe cujo filho era extremamente agressivo, uma criança agressiva e, o único momento em que o menino relaxava era quando estava montando o animal. É impressionante essa harmonia entre as pessoas e o animal. É como disse v.exa., esse é um trabalho pertinente que, muitas vezes, passa despercebido pelos governantes.

Mas quero parabenizar, mais uma vez, o comando da Polícia Militar, esses valorosos homens da polícia, deputado Sargento Amauri Soares, por iniciativa própria, muitas vezes, desenvolvem algum tipo de trabalho, como é o caso do programa

SOS Desaparecidos, que é um trabalho de formação de curso do major Marcos, que virou referência nacional. Um trabalho dele próprio que decidiu institucionalizar e repartir com a entidade da Polícia Militar. Por isso, mais uma vez, quero parabenizar o comando que permitiu a liberdade aos seus homens para fazerem esse tipo de trabalho que agrega.

Quero parabenizar o tenente, que é o responsável pela cavalaria lá de Joinville. Comprometo-me em trazer, na próxima sessão, um vídeo para vermos que coisa fantástica que vai acontecer lá. Eu tenho o maior prazer de ser o parceiro, o canal que vai garantir através das emendas, a concretização desse projeto, porque temos condições de fazer algum tipo de indicação para que essa obra possa ser feita lá, na cidade de Joinville, mais precisamente, no bairro Petrópolis, onde já tem o terreno pronto da polícia montada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero agradecer ao deputado Neodi Saretta, por sua deferência de me designar para falar pelo partido, principalmente numa sessão muito impactante, com muito movimento, com muita gente, com o episódio desrespeitoso aos Poderes em relação ao próprio deputado Romildo Titon. Neste momento, deputada Ana Paula Lima, a imprensa está toda na porta do gabinete do deputado Romildo Titon, e estão lá também o senador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Ficamos todos surpresos pela forma com que este

Parlamento recebeu essa notícia, deputado Neodi Saretta. Não quero entrar no mérito relativo ao processo na Justiça contra o presidente, deputado Romildo Titon, mas quero questionar a forma monocrática como se afastou o presidente do Poder do Legislativo Estadual. Uma pessoa apenas decidiu e afastou o nosso presidente. Foi uma decisão desproporcional em relação a outras decisões, envolvendo outros partidos.

Ouvia atentamente o discurso do deputado Romildo Titon e lembrei-me do caso da minha cidade, Blumenau.

Na minha cidade, Blumenau, o ex-prefeito, João Paulo Kleinübing, desviou recursos do Badesc. Lá foram cassados três vereadores por essas improbidades administrativas. O Ministério Público estava investigando desde o ano de 2006, estamos no ano 2014 e até o momento nada foi feito contra João Paulo Kleinübing, que é acusado em seis processos de desviar recursos do Badesc por fraudes e licitações.

Ele pegava dinheiro do Badesc e fazia as obras na cidade sem licitação. Isso foi alvo, inclusive de cassação de três vereadores do PSD. O que me causa surpresa, deputado Jailson Lima, é que são dois pesos e duas medidas. Por que o João Paulo Kleinübing é presidente do Badesc? Ele está dando dinheiro para todas as prefeituras do estado de Santa Catarina. É investigado pelo Ministério Público desde o ano de 2006 e ainda se encontra na presidência daquele banco. Isso que me causa surpresa. Por que a Justiça não afastou aquele cidadão do cargo de presidente do Badesc? Por que afasta de uma forma muito rápida o presidente do Poder Legislativo catarinense e não afasta João Paulo Kleinübing do Badesc? Dois pesos e duas medidas, bem como a *Operação Bola de Neve*, que o deputado Romildo Titon citou. A *Operação Tapete Negro* ainda não findou e esse cidadão se encontra no banco.

Então, gostaria de empenhar a minha solidariedade ao deputado Romildo Titon. A justiça precisa ser feita. Todo mundo tem direito à

defesa, por isso, não aceito a forma como fomos desrespeitados.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, importante sua manifestação, porque esse tapete me parece que é comprido, ele não termina. Aqui não chegou a ser nem um tapetinho pequeno.

Parabéns pelo pronunciamento, porque cabe à Justiça o equilíbrio das posições. Deputado Neodi Saretta, v.exa. que é advogado, sabe como deve agir a Justiça para contribuir com o equilíbrio, Estamos vendo essa manifestação e posição muito ágil, cruel e, principalmente, desrespeitosa com o deputado Romildo Titon e sua família.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não, nosso companheiro, líder da nossa bancada.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Jailson Lima, sr. presidente e srs. deputados, acho que é importante a serenidade neste momento para que não estabeleçamos aqui nenhuma crise de relações e de poder. Realmente esta é uma situação preocupante, porque há um presidente afastado por uma decisão monocrática, embora regimentalmente possível pelo regimento do Tribunal de Justiça, mas era prudente que o mesmo analisasse isso de forma colegiada, inclusive, ouvida preliminarmente a defesa do deputado para que não fosse cometida nenhuma injustiça.

Penso, assim como o deputado Sargento Amauri Soares, que não que nos cabe aqui absolver nem fazer uma condenação sumária, pois os fatos precisam ser investigados com serenidade.

Por isso, o presidente desta Casa está propondo uma reunião com os membros da Mesa Diretora e os líderes das bancadas com a intenção de que o próprio Tribunal de Justiça faça uma reunião e debata colegiadamente essa decisão, pois é uma situação extremamente preocupante que estamos vivenciando.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta, v.exa. é uma pessoa ponderada e isso é característica na sua vida

pública, e esta Casa deve agir dessa mesma forma, firme, porém, estabelecendo padrões de relações aceitáveis e que, principalmente, enalteçam a democracia.

Fragilizar esta Casa do jeito que estão fazendo, submetendo o conjunto do Parlamento a esta situação, mostra nitidamente que nós temos que puxar o diálogo com o Tribunal de Justiça para que este carro seja recolocado na estrada da consolidação democrática deste estado e país.

Mas quero falar, ainda, deputado Neodi Saretta, sobre os dados divulgados sobre o crescimento do país.

Vimos todos os economistas, os urubólogos de plantão, como diz o Amorin, falando da falta de crescimento e geração de emprego neste país, cuja economia internacional não estava mais acreditando. E ontem vimos que o crescimento do Brasil em 2013 foi de 2,3%.

Alguns até podem questionar este percentual de crescimento, deputado Padre Pedro Baldissera, com um PIB de R\$ 4,84 trilhões no ano passado, cujos maiores índices de crescimento foram na agropecuária, serviços e indústria.

Porém, apontem-me outros países no globo terrestre, tirando o índice da China, que tiveram um nível de crescimento maior que o do Brasil? Deputado Kennedy Nunes, não há dez, entre os países asiáticos, principalmente tirando a China, que também é um país continental e de densidade populacional que extrapola os limites do imaginário. O Brasil, além de gerar 3% de crescimento, e isso dá mais do que duas vezes o crescimento americano e é um crescimento mais do que duas vezes superior a qualquer país Europeu, terminou o ano com geração de pleno emprego.

Reduzimos o nível de empregabilidade formal de carteira assinada, mas temos que dizer que tivemos neste período um dos índices mais elevados porque também está sobrando mão de obra no Brasil, principalmente no setor da construção civil. A indústria do setor metalmeccânico pede por trabalhadores.

Então, colocam para a sociedade, deputado Padre Pedro Baldissera, sempre na lógica de que este país não tem jeito, principalmente quando verificamos as pesquisas estabilizadas do ponto de vista de aprovação da presidente Dilma Rousseff, da sua reeleição no primeiro turno, superando todos os adversários, inclusive, com o Barbosa junto.

Então, para nós do partido dos Trabalhadores que estamos num ano de conjuntura eleitoral, estamos vendo que 82% das obras previstas no PAC foram concluídas no ano passado. E as que não foram concluídas, na sua grande maioria, tiveram intervenção do Tribunal de Contas da União ou foram questões ambientais.

Por isso, faça essa análise ao mesmo tempo em que cumprimento todos os companheiros da ocupação Amarildo, neste estado, desejando que sejam bem-vindos a esta Casa, porque mesmo sendo do Partido dos Trabalhadores, mesmo tendo o nosso governo feito muito, na questão do atendimento à agricultura familiar nós ainda devemos neste país uma política mais clara de reforma agrária que aprofunde tudo isso no sentido de também construir avanço social e principalmente distribuição de terras e renda.

Por isso, sejam bem-vindos, companheiros que estão presentes neste plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Findo horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0034/2013, 0272/2013, 0358/2013, 0374/2013, 0452/2011, 0512/2013 e 0525/2013.

Também comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0725/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0028/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0580/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0002/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0069/2014, de autoria do deputado Reno Caramori; 0070/2014, 0071/2014, 0072/2014, de autoria do deputado Sandro Silva; 0073/2014, de autoria do deputado Edison Andrino.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0102/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0103/2014, 0105/2014, 0106/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0104/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0009/2014, de autoria da comissão de Educação, Cultura e Desporto, a ser enviada ao ministro-chefe da Casa Civil, manifestando apoio à indicação do nome do sr. Maurício Fernandes Pereira para integrar o Conselho Nacional de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0010/2014, de autoria da comissão de Educação, Cultura e Desporto, a ser enviada à ministra das Relações Institucionais da Presidência da República, manifestando apoio à indicação do nome do sr. Maurício Fernandes Pereira para integrar o Conselho Nacional de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0011/2014, de autoria da comissão de Educação, Cultura e Desporto, a ser enviada à presidente da República, manifestando apoio à indicação do nome do sr. Maurício Fernandes Pereira para integrar o Conselho Nacional de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0012/2014, de autoria da comissão de Educação, Cultura e Desporto, a ser enviada ao vice-presidente da República, manifestando apoio à indicação do nome do sr. Maurício Fernandes Pereira para integrar o Conselho Nacional de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0013/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à presidente da República, ao presidente do Senado Federal e ao presidente da Câmara de Deputados, manifestando apoio à luta dos trabalhadores brasileiros e à ampliação da licença maternidade de 120 dias para 180 dias a todas as mulheres.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0015/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao sr. governador do estado, solicitando informações sobre o valor mensal arrecadado pelo estado com taxas e emolumentos cartorários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Angela Albino, assinado por vários líderes desta Casa, pedindo a suspensão desta sessão para a manifestação do sr. Rui Fernando, membro da ocupação Amarildo de Souza, por dez minutos.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Srs. deputados, teremos agora uma reunião, convocada pela Presidência desta Casa na sala de reuniões.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Jean Kuhlmann, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente nesta sessão, quero, nesta manhã, trazer um assunto não muito agradável também, sobre o qual temos falado de forma constante e que inclusive já foi até motivo de aprovação da Indicação n. 0815/2013, aprovada em 11 de dezembro nesta Casa, solicitando ao governo do estado reparação urgente e a melhoria em vários trechos da SC-108.

E um dos argumentos desta indicação, deputado Padre Pedro Baldissera, é justamente de que naquele local da SC-108, nos últimos seis meses do ano passado, ocorreram vários acidentes, sete acidentes graves só naquele local.

E nos sete acidentes, já nos últimos seis meses do ano passado, havia cinco vítimas fatais. Ontem, por infelicidade, novamente neste trecho da rodovia SC-108 que liga Blumenau a Massaranduba, próximo a vila Itoupava, à tarde, houve um acidente com uma vítima fatal. Faleceu um senhor de nome Fernando Schroeder, às 16h. À noite, no mesmo local, na mesma área, na mesma região, um novo acidente envolvendo um caminhão de cebola e um ônibus, com três vítimas fatais.

Ou seja, aquela indicação que nós aprovamos nesta Casa, falando dos sete acidentes com cinco vítimas fatais, infelizmente temos que alterar agora para pelo menos nove acidentes com nove vítimas fatais.

É lamentável a situação naquela localidade, e eu quero aqui pedir ao presidente do Deinfra, Paulo Meller, ao secretário Cobalchini, que realmente analisem com cuidado essa indicação aprovada por esta Casa, porque o local é muito perigoso.

O local é extremamente perigoso e existe lá uma lombada eletrônica que por decisão judicial está desativada, deputado Kennedy Nunes. É o

processo das lombadas que desde 2006 não tem nenhuma decisão judicial e a Justiça determinou que a lombada ficasse desligada. Infelizmente, nada é feito nesse sentido e a Justiça não permite que o Deinfra religue as lombadas eletrônicas, então acontece o que aconteceu.

Por causa da burocracia, as pessoas estão morrendo, as pessoas estão sendo vítimas fatais de acidentes. Um ônibus, que não tinha nada a ver com a história, encontrou um caminhão de cebola desgovernado, matando três pessoas. E isso acontece de forma constante.

Então, eu quero pedir ao presidente do Deinfra, Paulo Meller, que realmente olhe com atenção e que apresente para o governador uma proposta concreta para resolver o problema. Não apenas com lombada eletrônica, mas também com a questão da mudança do traçado, a questão da melhoria da pista, enfim, tudo o que for preciso ser feito para acabar com os acidentes que acontecem naquele local deixando vítimas fatais.

Nenhum investimento, nenhum dinheiro do mundo paga as nove vítimas que aconteceram recentemente neste local, ou paga as quatro vítimas do dia de ontem. Nenhum dinheiro do mundo vai trazer essas pessoas de volta.

É por isso que quero, encarecidamente, pedir ao presidente do Deinfra que apresente de forma urgente uma solução para que o governador possa buscar o recurso e resolver o problema. Não podemos mais permitir que pessoas venham a falecer naquele local e que acidentes aconteçam como estão acontecendo.

Eu estou falando aqui dos acidentes de ontem e do ano passado considerando a estatística dos últimos anos. Assim que tiver isso em mãos, deputado Padre Pedro Baldissera, eu quero apresentar, porque com certeza serão muito mais que nove vítimas, que nove acidentes. Vai passar muito longe desse número.

Eu quero fazer este apelo ao presidente do Deinfra para que isso não volte a acontecer. Mas, para que não aconteça, tem que haver uma atitude concreta. Os técnicos do Deinfra têm que

apresentar um projeto para o governador como resposta desse documento que nós aprovamos já em dezembro do ano passado, exatamente no dia 11 de dezembro. Assim, poderemos cobrar do governador para que ele execute esta obra que, com certeza, é muito mais importante do que muitas obras que estão no Pacto por Santa Catarina, que são obras fundamentais e obras importantes.

Se nós estamos vivendo neste momento o maior pacote de investimentos da história de Santa Catarina, graças ao trabalho feito pelo governador Raimundo Colombo, graças ao equilíbrio das contas do estado, graças ao trabalho bem feito por vários técnicos, com certeza, neste maior pacote de investimentos da história de Santa Catarina pode constar uma obra que vai salvar a vida de muitos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissdera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.